

PREFÁCIO

Os professores das primeiras séries do fundamental guardam, ainda hoje, uma herança que é sua marca distintiva: o dever de conhecer e respeitar na escola o desenvolvimento psicológico infantil. Trata-se de um preceito pedagógico formulado por Jean-Jacques Rousseau no século dezoito que foi transformado em pressuposto da Psicologia científica no século dezanove. Poucos sabem que esse princípio já era conhecido no Brasil do final do Império e que foi posto em prática durante a República. Essa tradição é um dos legados do período crítico para a educação paulista contido nos anos de 1890 a 1930. Em São Paulo daquela época, polemizava-se sobre qual método de ensino seria apropriado ao conhecimento científico da infância. Principalmente, desejava-se substituir o professor disciplinador por um profissional mais eficaz e humanizado; para isso, o conhecimento da Psicologia era indispensável.

Não havia cursos de Psicologia no Brasil, que era conhecida por meio de livros (poucos tinham acesso aos originais em língua estrangeira). A Psicologia passou a ser ensinada e divulgada principalmente nas revistas dedicadas ao ensino, assim, procurá-la nos periódicos de Educação, como faz o presente livro, é a base indispensável para conhecer as origens da Psicologia praticada no Brasil, bem como a realidade que ela transformou. Além do mais, por conta da relação entre esse conhecimento e as iniciativas do Estado de reorganização e expansão da rede de ensino, o livro desvenda o alcance e os limites da concepção de democratização da escola então vigentes.

A obra de Lilian Rose Margotto dirige às suas fontes primárias e secundárias questões nevrálgicas. A autora não se limita a examinar o modo pelo qual a Psicologia foi compreendida ou, como se dizia na época, “aplicada” nas escolas paulistas do final do XIX e o início do XX; ela analisa as circunstâncias envolvidas, a aceitação ou resistência dos educadores à entrada na escola desse novo saber, indica quais Psicologias foram divulgadas, qual a legislação em vigor no período e discute a relação dessa ciência com as políticas educacionais adotadas. Há uma diferença entre tratar a História

da Psicologia em São Paulo como um item secundário da história geral da ciência, e compreender, como faz Lilian, que aqui houve uma apropriação, no sentido dado por Michel De Certeau. Isto é, os editores de periódicos educacionais selecionaram autores e excertos de livros que publicavam nas revistas, articulistas faziam sua própria leitura dessas obras, comentavam, citavam, omitiam e interpretavam segundo seus interesses e modo de entender. Procurava-se na nascente Psicologia uma nova fonte de autoridade.

Como se verá, o debate político e educacional do período encontrava ressonância nessas revistas especializadas – inclusive na escolha de autores de referência. Alguns autores abraçavam concepções díspares, outros tinham posições diametralmente opostas. William James, por exemplo, propunha a Psicologia como ciência, mas achava que era pouco útil à educação; afirmava que a educação genuína era uma arte. Viajando pelo Brasil quando jovem, James havia feito amigos entre os ribeirinhos do Amazonas, cuja cultura admirava. Tinha aversão a propósitos colonialistas; considerava-os brutais, sobretudo quando acobertados por missões científicas. Numa posição oposta à de James, Gustave Le Bon qualificava os brasileiros como feios, doentes e inertes em consequência da mistura de raças. Defendia a existência de hierarquia entre as raças, avisava que dificilmente a educação poderia tornar negros e mestiços iguais a brancos. A partir de posições como as dele, iniciou-se nos periódicos uma discussão sobre caracteres hereditários e adquiridos de inteligência, habilidades, disposições, competências etc. Difundiu-se a hipótese de que o conhecimento escolar devia ser desigualmente distribuído, tanto em quantidade quanto em qualidade, uma vez que as disposições e capacidades dos grupos sociais e dos indivíduos eram diferentes. Essa perspectiva encontrava-se subentendida, algumas vezes, na defesa da Psicologia das diferenças individuais, cabendo aos testes psicológicos identificar indivíduos incapazes, economizando, assim, esforços educativos. Forjava-se a ilusão de que os testes psicológicos eram instrumentos eficientes e incontestáveis de avaliação e previsão. O impacto desse discurso em São Paulo daquele tempo foi considerável. Conforme Lilian demonstra, suas repercussões foram decisivas nas direções assumidas pela educação em São Paulo.

Embora o tom prescritivo fosse algo comum aos primeiros psicólogos, a recepção de suas obras dependeu do contexto. Os educadores

paulistas testemunhavam transformações radicais na sociedade da época. Concomitante ao desmantelamento do escravismo, depois das secas que marcaram o final do Império, um dos traços marcantes que caracterizou a República foi o deslocamento da população rural; imigrantes estrangeiros, retirantes, antigos escravos, tangidos pelas crises e premidos pela fome, graças ao desenvolvimento da malha ferroviária, foram chegando às cidades de São Paulo. Muitos imigrantes estrangeiros procuravam se estabelecer diretamente nas cidades, compondo o nascente operariado. Era essa a população, diversa e desigual ao extremo, que os republicanos paulistas propunham escolarizar.

Além de autores de Psicologia, são muitas as vozes ouvidas e analisadas por Lilian nesse trabalho. Diretores e inspetores testemunham os efeitos de uma nova organização do ensino, os grupos escolares, criados em São Paulo em 1893. Muitos comemoram o propalado pioneirismo do estado, considerando essa organização do ensino a única capaz de escolarizar e civilizar crianças de origens diversas. A Psicologia é chamada, então, para resolver os efeitos perversos dessa nova ordem: a reprovação, a evasão e o fracasso escolar.

Ao se erigir nos centros urbanos, a criação dos grupos escolares silenciou outras vozes que deixaram traços nas revistas estudadas por Lilian. Trata-se das professoras e professores das escolas isoladas, a grande maioria das escolas do estado, nas quais crianças de idades e níveis diferentes aprendiam numa mesma sala. Algumas dessas professoras, de forma direta e indireta, reclamam do salário e das condições de trabalho e ironizam agudamente a retórica científica das autoridades.

Lilian R. Margotto também examina artigos de diretores, inspetores e professores das escolas normais; muitos artigos foram transcrições de discursos proferidos em cerimônias de formatura. As escolas normais eram tidas como símbolos de espírito republicano, erguidas em edifícios suntuosos nas praças das principais cidades. Foi no período abrangido pela pesquisa que se chegou ao consenso de que o professor de primeiras letras deveria receber formação intelectual – isso foi decisivo na conquista feminina de uma profissão que requeria formação intelectual, ainda que parcamente remunerada.

A Escola Normal da cidade de São Paulo converteu-se, graças à amplitude de seu currículo, num centro de formação cultural, não só de professores de primeiras letras, mas de moças e rapazes que buscavam o Normal para ocupar cargos de nível médio na administração pública e privada. Foram alunos dessa escola Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sergio Buarque de Holanda, Cecília Meireles, Patrícia Galvão, entre outros. Seu currículo passou a contemplar, no decorrer desses anos, cada vez mais, disciplinas ligadas à Psicologia; nela foi criado o primeiro laboratório de Psicologia.

Muitas coisas se passaram desde que a primeira versão deste texto foi escrita, no entanto, seu valor e originalidade permanecem. Para escrever este livro, cuja versão inicial foi sua tese de doutorado, Lilian abriu e examinou caixas e caixas de documentos do Arquivo do Estado de São Paulo, coletando documentos que faziam referência, mesmo indireta, à Psicologia e ao ensino de primeiras letras. Foi atrás da documentação guardada em arquivos mortos, revirou bibliotecas para reunir números faltantes das revistas, achou livros em sebos, rastreou as citações de autores que remetiam a outras obras, encontrou, examinou e analisou tanto tratados clássicos quanto obras de autores esquecidos.

Lilian Rose Margotto é professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo e continua a fazer o que mais gosta, além de dar aulas: investigar a História da Psicologia e suas reverberações nas escolas brasileiras. Rer ler as páginas que se seguem, passados alguns anos, levou-me a perceber ainda mais a importância deste estudo. Psicólogos e educadores têm muito a aprender com ele, não só porque abre novas perspectivas para o estudo da história da Psicologia no Brasil, como também ilumina problemas educacionais na sua origem, dando esperanças de que assim como tiveram início, serão um dia solucionados.

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza
Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)
Dezembro de 2017